

Elisa Machado Camarote

CASA E VICINALIDADE ENTRE CAMPONESES DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

RESUMO

O artigo tem como objetivo abordar a casa, suas dinâmicas e significados para a sociabilidade do campesinato do sertão do São Francisco. Para isso, parte de dados empíricos coletados ao longo das pesquisas de mestrado e doutorado realizada junto à família Cardoso da Silva, fundadora da fazenda Lages das Aroeiras. Notas de campo sobre a trajetória específica de Dona Louzinha são o ponto de partida para iluminar e qualificar as dinâmicas de vicinalidade e de vizinhança presentes na experiência familiar e doméstica das demais casas e pessoas da localidade.

PALAVRAS-CHAVE: Casa; vicinalidade; campesinato; família; pessoa.

ABSTRACT

The article aims to approach the house, its dynamics and meanings for the sociability of the peasantry of the São Francisco's hinterlands. For this, the text stem from the empirical data collected during the master's and doctoral research carried out with the family Cardoso da Silva, founder of the farm Lages das Aroeiras. Field notes on the specific trajectory of Dona Louzinha are the starting point to illuminate and qualify the dynamics of vicinality and neighborhood present in the family and domestic experience of the other houses and people of the locality.

KEYWORDS: House; vicinity; peasantry; family; person.

Tal dinâmica tinha fortes implicações na ontogênese pessoal, pois as vicinidades eram espaços privilegiados de continuação da coabitação que caracterizava as casas enquanto, por assim dizer, cadinhos da fabricação de pessoas
Pina Cabral (2014, p. 34).

CASA E FAMÍLIA EM LAGES DAS AROEIRAS: uma introdução ao campo

A casa e os termos a ela associados, como família e grupo doméstico, possuem poderosa carga de significados culturais. Contudo, a realidade a que se referem, isto é, as experiências de interação íntima e doméstica, têm contornos de difícil definição teórica e analítica pois remetem a imagens diversas, que podem ser intercambiadas entre si devido a seu caráter polissêmico (MARCELIN, 1996, p. 23).

Muito foi escrito sobre o conceito de ‘família’ e ‘grupo doméstico’¹, e este debate não está esgotado. Neste artigo pretendo acercar-me de tal debate enfatizando, sobretudo, como as categorias de “casa” e “família” operam na perspectiva de meus interlocutores de campo, de modo a estabelecer um diálogo com as categorias analíticas de ‘vizinhança’ e ‘vicinalidade’. A narrativa do texto será informada sempre por dados empíricos recolhidos em uma “fazenda”² do sertão do São Francisco onde venho realizando uma série de trabalhos de campo desde 2007³.

¹ Grupo doméstico é um conceito que tem vasta literatura produzida a seu respeito. Seu caráter polissêmico e ambivalente, cuja definição tem sido tema de debate entre pesquisadores de várias áreas das ciências sociais, apresenta complicações em seu uso, seja como categoria nativa presente em diferentes sociedades, ou segmentos de uma sociedade, seja como conceito analítico. Não pretendo entrar em detalhes quanto à polêmica e às limitações que giram em torno deste conceito que, de modo geral, opera como grupo de pertença, ciclo de desenvolvimento, de consumo e de produção (MARCELIN, 1996, p. 93–94). Ele não será muito explorado nesse artigo, mas uma vez mencionado é válido ressaltar que o que nos importa é sua operacionalidade enquanto unidade analítica e descritiva, à medida que me auxilie a apresentar e discutir os dados etnográficos produzidos em Lages das Aroeiras, durante o trabalho de campo.

² Utilizarei aspas simples quando tratar de conceitos e categorias analíticas, ou para exprimir ironia ou conferir destaque a palavra ou expressão fora do contexto habitual. Aspas duplas serão empregadas para destacar categorias, ideias e expressões nativas.

³ Minha pesquisa na região teve início em 2007, foi objeto da dissertação de mestrado (ver

Lages das Aroeiras é uma “fazenda”⁴ localizada ao norte do sertão da Bahia, na zona rural do município de Uauá. Ela está diretamente ligada à família Cardoso da Silva, conformando ali um ‘território de parentesco’ (WOORTMANN, 1995, p. 249) dos descendentes de Seu João Cardoso e Maria Rodrigues. Desde que foi fundada, em meados de 1940, a família Cardoso da Silva desempenha um papel central na organização social, na constituição e consolidação territorial, na definição de regras, direitos e fluxos do uso dos espaços que a compõem e, ainda, na maneira como o sistema produtivo se estrutura.

Portanto, a história desse lugar, da ocupação gradativa do espaço e suas características socioculturais, se mistura com a história da constituição de um grupo familiar e de sua estrutura social. Na trajetória de ocupação do espaço, e de desenvolvimento da família que foi produzindo novas gerações, a “casa” é a categoria nativa, que figura como construção física e instituição. Em torno e a partir dela os afetos, dinâmicas, ideias e fluxos da vida social se constituem. Ela organiza e confere sentido à sociabilidade tecida cotidianamente, dando condições para o desenvolvimento das pessoas e das famílias.

Lages das Aroeiras, inicialmente uma área de 20 hectares, foi comprada por João Cardoso ao perceber que a terra em que vivia se tornaria, com o passar do tempo, insuficiente para acomodar seus dez filhos e as respectivas famílias. Até então vivera na fazenda Pé da Serra, fundada por seus avós e habitada também por seus pais, tios e primos.

Ciente de sua ‘condição camponesa’ (BOURDIEU, 1962), e de que o patrimônio territorial construído é a base de sua sustentação, João Cardoso e Maria Rodrigues acionaram e promoveram regras de residência, de casamento, de herança e de uso dos espaços da fazenda afim de preservar o patrimônio nas mãos dos de seus descendentes, e de evitar a fragmentação excessiva ou dissolução do mesmo. Tais estratégias, ainda hoje vigentes, visam garantir sua reprodução social que depende, necessariamente, da disponibilidade de terra para as gerações atuais e

CAMAROTE, 2010 e 2011) e segue sendo *lócus* da pesquisa de doutorado.

4 Nesta região da Bahia, o termo “fazenda” pode significar desde a grande propriedade pecuária, como também pequenos sítios camponeses, que geralmente resultam da fragmentação de uma antiga fazenda de criatório. Lages das Aroeiras se enquadra na segunda opção. É comum encontrar, na literatura que se dedica ao estudo do campesinato brasileiro (MOURA, 1978; QUEIROZ, 1973; GODOI, 1999; CANDIDO, 2003; WOORTMANN, 1995; MARQUES, 2002), as categorias “sítio camponês”, “bairro”, “ribeira”, “fazenda” para se referir a um aglomerado de sítios que constitui um grupo rural de vizinhança sob determinada base territorial e compõe a estrutura fundamental de sociabilidade das famílias que aí vivem. Estas categorias não são correntes na localidade onde pesquisei, embora tenham sentido correlato ao que, aqui, identifico como fazenda, ou seja, uma pequena extensão de terra cultivada pelos membros da unidade familiar, produzindo uma agropecuária de subsistência, com troca ou venda dos excedentes.

futuras⁵.

Mas na prática, como isso se deu? A cada filho (a) que se emancipava, Seu João o(a) alocava em um ponto extremo em relação ao centro da fazenda e, assim, ao tempo que os distribuía pelo espaço, apossava-se também de áreas de “terra livre”⁶, ampliando o patrimônio familiar. Desse modo, a construção de novas casas e a abertura de novas roças concretizaram o ideal da residência neolocal das unidades domésticas, formadas sempre a partir de novos casamentos. As sequências de casamentos e a construção de novas casas foram oportunamente associados à demarcação dos limites do território apossado, por meio das marcas de residência e trabalho que as novas famílias imprimiram no espaço⁷.

Nas diferentes ‘configurações camponesas’ (GODOI, 1999) presentes no território brasileiro, o casamento entre duas pessoas é o que propicia a constituição de uma casa, e de uma unidade doméstica independente, o que a literatura chama de residência neolocal. A construção da casa seria um dos primeiros passos do processo matrimonial (WOORTMANN, K., 1982 *apud* WOORTMANN, E., 1982, p. 120), e a independência, tanto econômica quanto relativa aos hábitos e atividades que ali tomam lugar são, em geral, motivo de orgulho (MARQUES, 2002). Se a relação entre casamento e casa é expressa em termos materiais, como na construção de uma nova casa (CARSTEN, 2004, p. 43), a procriação do casal é algo almejado como parte do desdobramento e da continuidade da casa e de uma nova família.

O processo que conduz à construção de uma nova casa foi trabalhado por Marcelin (1996) e Garcia Jr. (1983). Ambos frisam que, no contexto do Nordeste brasileiro, a construção de novas casas envolve projetos pessoais e o estabelecimento de um domínio privado. Contudo, a

⁵ Se Woortmann (1995) demonstrou que o parentesco é relevante para a reprodução social do campesinato e que a constituição do patrimônio territorial camponês está diretamente ligada ao parentesco, Martins (1981) e Godoi (1999), demonstraram que a posse é uma forma de apropriação da terra privilegiada pelo campesinato brasileiro na constituição de seu patrimônio territorial. Isso se deve à sua condição histórica de marginalidade na estrutura fundiária brasileira e os camponeses de Lages das Aroeiras não constituem exceção a tais proposições.

⁶ “Terra livre” é expressão local para terras devolutas, terras ociosas ou improdutivas.

⁷ Musumeci (1988), Godoi (1999) e Martins (1981) nos ajudam a compreender que esta estratégia de apossamento resulta de um entendimento próprio de camponeses posseiros acerca dos direitos que possuem sobre a terra. Tal entendimento orienta a prática da posse entre configurações camponesas de diferentes partes do Brasil e o pressuposto central que norteia suas ações é a ideia de que trabalhar a terra e habitá-la conferem legitimidade dos seus direitos à terra, orientações que já estavam postas nas presúrias portuguesas (ver Godoi, 1999). Assim, o direito de cada filho de Seu João a uma parcela de terra dentro da fazenda se deixou guiar por duas vias: primeiro, pela percepção de um direito decorrente de um legado (herança); segundo, pela responsabilidade pessoal de cada filho em abrir serviço nas áreas designadas pelo pai, com o objetivo de concretizar a posse individual.

sua consolidação é uma operação coletiva que envolve participação de recursos humanos e materiais de membros do mesmo universo social.

Esse processo fica bastante evidente toda vez que os habitantes de Lages das Aroeiras rememoram como foi que a família originária se desenvolveu e se consolidou em Lages das Aroeiras. A relação entre a construção de casas, a ocupação dos espaços da fazenda e a genealogia do grupo são evidências do caráter coletivo dessa operação.

Nessa história, tudo principia com a família nuclear responsável pela fundação e início de seu povoamento. Chamada pelos habitantes locais de “família primitiva”, era formada pelo casal fundador e seus dez filhos (seis homens e quatro mulheres), identificados, doravante, como primeira e segunda geração, respectivamente.

De uma única casa, a casa fundadora, construída em 1947 e habitada pela “família primitiva”, em 2009 já se podia ver 43 casas. Em 2017 contei dezoito novas casas. Partindo de duas gerações, isto é, o casal fundador e seus filhos, hoje o grupo encontra-se entre a quinta e sexta geração. De uma família nuclear tornou-se para uma família extensa e hoje coabitam, nesse território indiviso, por volta de sete famílias extensas, cerca de 61 famílias nucleares, em torno de 200 pessoas⁸.

O incentivo ao casamento entre primos é uma prática costumeira que, segundo dizem, vêm desde os “troncos velhos”, do “pessoal mais antigo”. João Cardoso e Maria Rodrigues eram primos cruzados. Observando a genealogia de Lages das Aroeiras (ver anexo, em documento suplementar no sumário) salta aos olhos a recorrência do casamento preferencial entre “primos carnais” e também entre primos de segundo grau, assim como a evitação de uniões matrimoniais com pessoas de fora da “família”. Como a terra é um bem escasso e o crescimento da população acentua a pressão sobre ela, a prática da endogamia é uma forma de evitar a fragmentação da terra e garantir reprodução social aos descendentes e herdeiros dos fundadores (WOORTMANN, 1995, p. 263).

Como resultado dessa prática as casas e terras de Lages das Aroeiras pertencem, em quase sua totalidade, à segunda, terceira, e quarta geração de descendentes de João Cardoso e Maria Rodrigues que, quando narram seu lugar na família, o fazem de modo a localizar-se na genealogia sempre em relação com os fundadores do lugar. Desse modo uma endogamia de lugar se estabeleceu fazendo com que a imensa maioria dos moradores sejam ao mesmo tempo vizinhos e parentes bem próximos, o que adensa as relações existentes no âmbito da vizinhança e da vicinalidade.

⁸ Os dados apresentados são relativos a levantamentos feitos durante a pesquisa de mestrado e mais recentemente, no último trabalho de campo, em 2017. Devido às dinâmicas de circulação de pessoas no âmbito das vicinalidades o número de famílias residentes tem sempre uma variação e não é possível fixar quais pessoas pertencem a que casas. Além de uma circulação interna no âmbito da própria fazenda há um fluxo de circulação para casas situadas no sudeste e outras localidades da região.

Se as famílias conjugais de tipo neolocal predominam entre os camponeses no Brasil, há também estudos de caso que revelam a formação localizada de famílias extensas nesse contexto (CAMAROTE, 2011; GODOI, 1999; MOURA, 1978; SEYFERTH, 1985; WOORTMANN, 1995).

A conformação de famílias extensas leva a um tipo específico de relação entre as casas, famílias e pessoas que compõem e participam dessa estrutura. Segundo Almeida

As unidades técnicas com famílias extensas (ramificadas ou tronco) são consequência da escassez de terra. Não são exatamente um axioma cultural, mas resultado de estratégias ligadas à questão fundiária. Assim, as famílias extensas ramificadas são incorporadas numa unidade técnica com a repartição de terra (limitada) entre filhos durante a vida do pai ou depois de sua morte; elas surgem porque a neolocalidade residencial não é acompanhada por neolocalidade de área de cultivo; porque não há para onde ir (ALMEIDA, 1986, p. 4).

Em Lages das Aroeiras elas tem como eixo os membros da segunda geração, chamados localmente de “irmandade” (grupo de *siblings*). Tais pessoas, bem como suas casas, desempenham um papel agregador na vida de seus filhos, netos e bisnetos; são aglutinadores da descendência formando em torno de si importantes núcleos de vizinhança e sociabilidade. Nelas o fluxo de pessoas, afetos, trocas, comidas, serviços, dinheiro é mais intenso do que aquele estabelecido entre os indivíduos de cada um destes grupos e os demais habitantes da fazenda.

O conjunto de casas que compõe cada uma das famílias extensas foi identificado, por uma das moradoras do lugar, da seguinte forma: “cada rua aqui é um grupo”. Isso ocorre porque cada membro da “irmandade” foi alocado pelo pai em um canto da fazenda. Conforme suas famílias foram “rendendo” ao longo dos anos, os herdeiros da terra, isto é, a segunda geração, foi cedendo gradativamente terrenos nas áreas que lhes pertencem para alocação de seus filhos, preferencialmente na proximidade de suas casas.

No croqui desenhado por um de meus interlocutores, se lido em conjunto com a genealogia de Lages das Aroeiras (ver anexos), possibilita saber quais famílias vivem em cada casa. Também é possível visualizar através das linhas coloridas que circundam conjuntos de casas aparentadas e vizinhas, a ideia de que “cada rua é um grupo”⁹. O que o croqui não

⁹ Os anexos a que me refiro são fruto da pesquisa de mestrado e podem ser tomados como material de referência, ainda que desatualizado, para que o leitor conheça e perceba a relação entre a os casamentos endogâmicos, fortemente incentivados na localidade, e a constituição de famílias extensas ou, os ditos “grupos”, existentes na fazenda. Dados relativos às casas, composição familiar e à genealogia de Lages das Aroeiras foram computados no último

revela, certamente, é que há uma continuidade constante e sempre moldável entre as casas, o que torna a fronteira entre elas permeável; jamais fixa.

Outra ideia manifesta recorrentemente entre seus habitantes, é que em Lages das Aroeiras “todo mundo é parente, uma família só”. Mas a própria divisão de “grupos”, por eles marcada, mostra que a “família”, em seu sentido êmico pode ter significados diversos, latos ou estritos, a depender do contexto e da forma adotada pelo discurso nativo. Pode referir-se a:

- (i) Família nuclear composta por pai, mãe e filhos;
- (ii) Família extensa, isto é, todos aqueles que descendem de uma família nuclear originária (filhos, netos e bisnetos) que, com seus afins, formam um conjunto de famílias nucleares que, apesar de independentes, mantêm-se circunscritas a um território comum e indiviso, partilhando os recursos naturais e compondo uma verdadeira rede de reciprocidade e ajuda mútua favorecendo as relações de vicinalidade entre casas. A formação de famílias extensas está relacionada ao padrão comum de herança da terra vigente na localidade e expresso na concepção local de patrimônio;
- (iii) Todos aqueles que possuem um mesmo nome de família;
- (iv) Parentes com os quais se mantém algum traço de consanguinidade pelos lados materno e/ou paterno;
- (v) Imensa maioria daqueles que vivem nos limites sócio-territoriais de Lages das Aroeiras. Mesmo quando alguma família ou pessoa que ali vive é percebida como “de fora” por ter uma origem territorial e/ou descendência que não se conecta aos fundadores do lugar, a seus ancestrais ou parentes colaterais, há um discurso público de que todos ali são uma única família, um ‘nós’ que se pretende coeso e uniforme.

Assim, apesar da plasticidade de sentidos que possuem, “casa” e “família” são termos utilizados para se referir à ‘unidade social elementar’ (PINA-CABRAL, 1984) que constitui o tecido social de Lages das Aroeiras. A casa é a moradia em que se vive, mas também uma instância coletiva e partível, que não se limita à família nuclear, ao passo que a “família” e os “parentes” são a rede de relações que cada pessoa possui, e que vai além dos limites da casa (PINA-CABRAL e SILVA, 2013).

Tais famílias e suas casas compartilham de uma ‘condição camponesa’ em que a terra é elemento central da unidade social; ela é garantidora da reprodução da vida humana, do consumo e da produção econômica.

A etnografia de Pina-Cabral realizada entre camponeses da região do Minho em Portugal, e as descrições por ele feita acerca da casa possuem similaridades com a realidade observada em Lages das Aroeiras. Ela é composta de roças, pastos, quintal, terreiro, animais de criação, e edificações construídas nos terrenos, pessoas presentes e também aquelas

trabalho de campo, mas ainda não foram atualizados graficamente.

ausentes, seja porque migraram, seja porque morreram. Comensalidade, residência, gestão e propriedade são aspectos que conferem identidade à casa (PINA-CABRAL, 1984, p. 264-265).

Em Lages das Aroeiras o trabalho é desenvolvido pela mão-de-obra familiar não remunerada, isto é, pelos familiares que partilham a vida em uma mesma casa e que trabalham para si. As tarefas desempenhadas são divididas por sexo e idade. Ainda que a independência econômica de cada casa enseje que seus membros cumpram todas as tarefas relacionadas à produção, ela pode requerer, em períodos de acúmulo de trabalho, a ajuda de vizinhos (aparentados ou não), mediante dinâmicas de cooperação vicinal ou pagamento de diárias de serviço.

DONA LOUZINHA E SUAS CASAS; SUAS CASAS E SEUS MORADORES

Até aqui casa e família foram abordadas a partir de visão mais ampla da constituição de Lages das Aroeiras no tempo e no espaço. Partindo desse contexto em que a relação entre casas aparentadas e grupos de parentes (famílias extensas) é um dado, nos propomos a olhar um pouco mais de perto para o caso específico de algumas casas e pessoas do lugar.

Imagem 1. Casa fundadora em azul localizada na área central da fazenda.



Fonte: Foto de Elisa Camarote. Julho, 2017.

Dona Louzinha é uma senhora da segunda geração de Lages das Aroeiras, filha dos fundadores do lugar. Não tendo nunca se casado passou

a vida morando com os pais até que falecessem¹⁰. A casa de João Cardoso e Maria Rodrigues, fundadores de Lages das Aroeiras, tem importância simbólica para todos que ali vivem pois foi a primeira morada da “família primitiva” sendo, portanto, um marco na ocupação daquele lugar. Ela representa o começo de tudo, o começo daquele povo, daquela gente, daquela grande família. Geograficamente ela se posiciona no centro do povoado, em frente à capela e à Associação Agropastoril (casa 1 do croqui em anexo – documento suplementar no sumário). É na calçada dessa casa que, desde sua instalação, a família se reúne no final do dia para momentos de conversa, descontração e socialização.

Com a morte dos pais, Dona Louzinha herdou essa casa e ao ocupar esse espaço é como se fosse a porta voz da história e das “tradições dos antigos”. Com sua presença e na sua pessoa, a casa segue sendo ponto de encontro como o era no tempo de seus pais. Passar para tomar o café de Dona Louzinha é um ritual diário para muitos de seus afilhados(as), irmãos(as), cunhados(as) e sobrinhos(as).

Imagem 2: Reunião de familiares na calçada da casa fundadora de Lages das Aroeiras. Dona Louzinha é a terceira da direita para esquerda.



Foto de Maria Alice Machado. Julho, 2017.

Mas para além de um mero ponto de encontro, a circulação diária de pessoas que se dá naquela casa nos ajuda a refletir sobre uma dinâmica

¹⁰ No caso de celibato é comum a extensão da co-residência junto aos pais ou algum irmão ao longo de toda vida.

que se reproduz nas demais casas da localidade. Analiticamente trata-se das categorias de *vicinialidade* e *vizinhança*.

Sobre as relações de vizinhança, Antonio Candido observou que a estrutura fundamental da sociabilidade camponesa é o grupo rural de vizinhança, “(...) consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, de convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico religiosas” (CANDIDO, 2003, p. 81).

Ao estudarem zonas de baixa renda do baixo sul da Bahia, Pina-Cabral e Silva (2013) mostram, tal como Candido (2003), que as vizinhanças são, por excelência, zonas marcadas por uma proximidade territorial, com relevante presença de certo grupo de parentes na localidade. Já as vicinialidades seriam

processos de aproximação territorial constitutiva (...) Cada uma das entidades familiares que forma uma vicinialidade reproduz-se em rede a partir das participações constitutivas entre as pessoas que nelas habitam (no Brasil do Nordeste dir-se-ia que estas casas são “puxadas” umas das outras) (PINA-CABRAL e GODOI, 2014, p.12,13).

Este sentido de vicinialidade havia sido trabalhado por Marcelin (1996) sob a ideia de ‘configuração de casas’ ao verificar, entre famílias negras do recôncavo baiano, a existência de um processo contínuo de criação e recriação de laços de cooperação e de troca estabelecidos entre casas não necessariamente vizinhas, que, apesar de conformarem redes domésticas, são entidades autônomas em si. Em sua tese, Marcelin identificou que na periferia do município de Cachoeira e, nos bairros populares de Salvador, os agentes que circulam constantemente entre esses dois polos só concebem a si mesmos e à vida doméstica no contexto das redes em que interagem.

Ces réseaux domestiques qui se construisent au quotidien (...) se produisent à partir des repères spatiaux que concrétisent chaque maison. Ces repères spatiaux concrétisés par un certain nombre de maisons, je les désigne comme étant des configurations de maisons (MARCELIN, 1996, p. 33).

A visão de Marcelin é tributária da teoria de Lévi-Strauss acerca da *‘société à maison’*, a partir da qual introduz a casa como realidade física e instituição social no centro da análise da organização social (MARCELIN, 1996, p. 96).

Ainda que Marcelin (1996, p. 130) nos alerte para a dificuldade de

traçar as fronteiras dos ‘grupos domésticos’ que compõe tais ‘configurações de casas’, devido ao padrão de mobilidade dos agentes que circulam entre casas e cidades, façamos o exercício de olhar para alguns eventos que se deram na trajetória de vida de Dona Louzinha.

Com isso poderemos nos acercar das dinâmicas intersubjetivas e interpessoais que se dão no interior da casa; e da relação existente entre casas, através das pessoas. O que os dados de campo mostram é que de fato, parece haver um processo de continuidade constitutiva que se desenvolve entre as partes. Essa ideia foi trabalhada por Pina-Cabral e Godoi (2014) ao explorarem as noções de vicinalidade e de casa partíveis em artigo que inspirou a reflexão analítica das dinâmicas observadas em Lages das Aroeiras.

A condição de celibatária de Louzinha, somada à relação de compadrio¹¹ e de consideração estabelecida com o irmão Valdemar faz com que ela esteja ligada, desde a morte dos pais, à família extensa, ou, ao “grupo” de Valdemar (ver conjunto de casas circuladas por pontilhado preto).

Sendo assim, nos três primeiros anos em que Louzinha viveu sozinha, os filhos solteiros de seu Valdemar se revezavam para dormir em sua casa e lhe fazer companhia durante as noites. Entre os motivos elencados estariam o fato dela viver sozinha, ou por não ter ao lado de casa, parente vizinho com o nível de intimidade e de fluxo que se tem entre aqueles de uma família extensa. Além disso a casa dela é considerada, por ela e por Seu Valdemar como mais “isolada”, ou “longe da dele e dos seus” (ver casa 36 do croqui).

Em dado momento um dos sobrinhos que lhe fazia companhia a convidou para construir uma casa “pegada no oitão de sua casa”. E assim ela fez “uma casinha pequena, de três moradas” (ver casas 33 e 34 do croqui) consolidando uma relação de coabitação, vicinalidade e vizinhança com a família Demir que durou dez anos. Vivendo ali ela tinha a segurança e companhia da família de Demir; além disso as duas casas se ajudavam e se complementavam no desenvolvimento de tarefas cotidianas: por vezes Louzinha cuidava dos filhos pequenos de Demir para a mãe das crianças trabalhar no bar do marido; as crianças faziam pequenos serviços para ela na roça; a esposa de Demir trazia água da cacimba pra Louzinha e emprestava a geladeira quando necessário fosse. Cada casa era autônoma no preparo das refeições diárias mas, com frequência, os filhos de Demir comiam algo na casa de Louzinha se ali estivessem passando ao ser servida a refeição. Durante às noites, Louzinha tinha o hábito de ir para a casa de Valdemar assistir televisão. Depois disso voltava para dormir em casa sempre na companhia de um sobrinho(a) neto(a) que fazia a função de acompanhante até o dia amanhecer.

¹¹ Dona Louzinha é madrinha de Seu Valdemar

Com o passar do tempo ela foi percebendo que o sobrinho “só crescia a casa para os fundos; não tinha terreno para fazer puxadas para nenhum dos dois lados”. Foi aí que ela decidiu voltar para sua casa de origem, deixando de herança a casa de “três moradas” para Léo, o filho mais velho de Demir. Este trato foi firmado oralmente entre ela e o sobrinho que prometeu que a casa será entregue a seu filho quando ele se emancipar, criando sua própria família. Mas, enquanto isso não acontece, a parede que separava as duas casas foi reformada e a “casa de três moradas” foi incorporada à casa de Demir, que finalmente “cresceu para os lados” e ficou mais espaçosa e cômoda para a família.

Autonomia e interdependência são termos da ambiguidade suscitada pela proximidade física das casas nas relações de vizinhança e vicinalidade (EDWARDS, 2000; MARQUES, 2002). O convite de Demir à sua tia para viver em casa “puxada” à sua foi aceito, e perdurou até Louzinha perceber que a interdependência criada entre as casas estava interferindo na autonomia de uma delas. Esse movimento exemplifica bem os processos de continuidade e partibilidade a que as casas e a relação entre elas estão sujeitas ao longo do tempo, de acordo com o curso e as demandas da vida das pessoas que as constituem.

Ao mesmo tempo, o movimento de aproximação e afastamento de Louzinha da casa do sobrinho remete a um outro aspecto para o qual Edwards (2000) chamou atenção: a relação entre vizinhos tem uma carga moral e é tida como uma ação que varia em grau e intenção. Pode estar relacionada a uma intenção de ajuda e amizade, ou, de maneira oposta, de intromissão, fofoca e intriga. Assim, segundo a autora, “(...) the concept of neighboring is available as a symbolic resource and, as such, can be assessed differently according to the context in which it is rendered significant. Friendliness and nosiness are flip sides, as it were, the same coin” (EDWARDS, 2000, p. 132).

Ainda que Louzinha tenha relatado ser mais difícil morar na sua casa de origem, pela distância desta com as demais casas a que ela pertence e com as quais sua casa estabelece continuidade, essa movimentação de endereço foi feita. Não queria correr o risco de se tornar um impeditivo para a expansão da casa do sobrinho e, ao sair dali lhe retribuiu a intenção de ajuda e amizade que lhe fora confiada no passado.

Outro motivo exposto por ela para sua volta, dizia respeito ao fato da casa fundadora estar fechada por vários anos. Seus irmãos(ãs), os outros(as) filhos(as) dessa casa, lhe diziam que isso “não era bom” tendo em vista que essa era a primeira casa construída no lugar. Trata-se da casa em que passaram a infância e que, portanto, especializa e evoca poderosas memórias das experiências cotidianas vividas pela família no espaço doméstico (CARSTEN, 2004, p. 31). Além disso, a casa fundadora, como descrevi anteriormente, possui forte carga de significados para a história

do lugar. Ela foi fundante para como as dinâmicas de produção de casas, pessoas, vicinalidade, parentesco e socialidade se desenvolveram em Lages das Aroeiras. Mantê-la aberta e povoada com a presença de Dona Louzinha e dos demais moradores e visitantes parece ser uma forma de mantê-la viva.

Depois de seu retorno à casa fundadora Léo, o sobrinho neto que herdou a “casinha de três moradas”, é quem dorme com ela todos os dias, voltando para a casa dos pais ao amanhecer¹². Quando Dona Louzinha, mulher que não teve filhos, oferece a Léo uma casa como herança, isso materializa sua pertença à família extensa de Valdemar bem como as práticas de reciprocidade (MAUSS, 2003) com a família de Demir no contexto da vicinalidade.

Em outro período de sua vida, Louzinha acolheu na casa fundadora de Lages das Aroeiras uma sobrinha solteira, também filha de Valdemar, que engravidou de uma relação ilegítima porque o pai da criança era casado com sua prima. Durante três anos, Lucinha e seu filho moraram com a tia até conseguirem construir sua própria casa. A ajuda de Louzinha foi fundamental para a emancipação de Lucinha da casa de seus pais.

Quando perguntei a Louzinha como se deu essa dinâmica com Lucinha, ela contou que eles moravam lá da seguinte forma: passavam o dia com Dona Louzinha e voltavam para dormir na casa de Valdemar. Traziam o café da manhã para comer com a tia, se serviam do almoço preparado por Louzinha e jantavam na casa dos pais. Depois dessa temporada morando juntos, comenta Louzinha, não tem um dia em que Lucas, filho de Lucinha, não passe em sua porta sem parar para pedir a bênção e “alguma coisinha para comer, um café, um biscoito”.

Parece-me que não há dúvidas, portanto, de que estamos falando mais uma vez de como as dinâmicas implicadas entre pessoas e casas em uma relação de vicinalidade criam um contexto espacial de constituição de pessoas e, nesse caso, da experiência familiar. Com fronteiras flexíveis uma pessoa pode pertencer a mais de uma casa já que há continuidade entre as casas de parentes vizinhos.

Como resultado desse processo cuja fonte está inscrita na própria ontogênese das pessoas que habitam essas casas (vide Toren, 1990), formam-se conglomerados abertos de entidades de morada entre as quais as pessoas circulam (...)

No interior de cada uma destas vicinalidades, as casas são

¹² Essa informação é datada de julho de 2017, minha última pesquisa de campo. A presença diária de Léo nessa casa pode se alterar a qualquer momento devido ao padrão vigente e constante de circulação dos agentes. À época, a possibilidade de migração para São Paulo em busca de trabalho era aventada por ele e pelos pais, devido à falta de perspectivas para os jovens na região.

constitutivamente dependentes das relações entre si, ou seja, essas relações são o que lhes dá existência. Tradicionalmente, a antropologia tem chamado isto de “entrejuda” ou “ajuda mútua”. No entanto, o que está em causa quando uma criança sabe que pode comer ou dormir na casa da mãe, da tia, da avó ou da cunhada (...) é muito mais que simples ajuda, é “participação” interpessoal – algo que nunca mais vai sair dessas pessoas, lhes é constitutivo enquanto pessoas (PINA-CABRAL e GODOI, 2014, p.13).

Tal participação interpessoal que constitui pessoas de que falam Pina-Cabral e Godoi (2014) se conecta por sua vez à asserção de (CARSTEN, 2004, p. 35) de que o parentesco é feito (no sentido de *made* por oposição à ideia de *given* em inglês) nas casas por meio da partilha de alimentos, de espaço de práticas corporais.

O que estes autores estão a propor, seguindo uma tendência da antropologia social e cultural que emerge a partir de 1970 e 1980, é que olhemos o parentesco como algo mais processual e menos estrutural. O conceito de ‘mutualidade do ser’ e de ‘pertencimento intersubjetivo’ de Sahlins (2013) sintetiza bem a nova forma de ver o parentesco como processo e como construto social, não mais separado da residência¹³.

A ideia de que o parentesco é processual e construído na casa e através dela, vale-se de etnografias que mostram como o parentesco é vivido na partilha de espaço, de comida e da nutrição no interior do ambiente doméstico. Segundo o método proposto por Carsten e Hugh-Jones (1995, p. 37-38), uma antropologia da casa deve considerá-la com seus habitantes, como parte do mesmo processo de vida a ser analisado em termos processuais. A casa não deve ser vista como algo estático, mas como entidade dinâmica, dotada de vitalidade e de alma, em analogia aos corpos humanos.

PERSPECTIVA DA MORADA

Estruturalmente falando, a casa fundadora herdada por Dona Louzinha conserva elementos da arquitetura antiga que prevalecia nas primeiras casas do povoado. Segundo Seu Valdemar, naquele tempo era mais fácil construir uma casa pois quase todo o material necessário estava

¹³ Em seu livro *After Kinship*, Carsten mostra que nos estudos clássicos da antropologia social britânica da metade do século XX, a casa dificilmente figurava como lócus do parentesco. A justificativa se daria pelo fato de tais antropólogos verem “the primary importance of kinship as providing a stable political structure in societies without states or governmental institutions. (...) ‘Descent group theory’ of this era thus focused on the sources of political cohesion in ‘societies without states’ rather in the minutiae of domestic life” (2004, p. 35).

disponível “no mato”: a terra, as varas, a madeira. O dinheiro era necessário apenas para pagar o serviço dos pedreiros. Inicialmente de taipa, aos poucos foram sendo substituídas por adobe pois, com a chuva, as paredes “iam se abrindo”.

No caibro central que sustenta o telhado dessa casa, chama atenção uma frase cravada na madeira: “Com us poder di deus sobi esta linha no dia 19 de junho de 1970”. A linguagem e as palavras ali escritas falam dos afetos que impregnam a perspectiva daqueles(as) que estiveram imbuídos(as) na construção daquele lugar como um espaço de morada, num determinado contexto histórico e cultural. Elas remetem a categorias como “fé”, “luta”, “coragem”, “sofrimento” e “conquista” recorrentes na narrativa de muitos dos meus interlocutores quando descrevem suas histórias do habitar.

Imagem 3: Detalhe do caibro central do telhado da casa de Dona Louzinha com a frase acima mencionada.



Fonte: Foto de Elisa Camarote. Julho, 2017.

Mas, se boa parte da casa se mantém como outrora, haja vista o caibro central do telhado, as paredes de adobe, vigas e terra colhidas no mato há décadas, portas e janelas de madeira, Dona Louzinha mostra com satisfação a reforma que conseguiu realizar. Essa foi uma “conquista”, resultado de muita “luta”. As inovações foram a construção de um banheiro,

antes inexistente¹⁴ e a mudança da cozinha e de seu “fogo”, de fora para dentro da casa. O fogão à lenha foi substituído por fogão a gás. Ao observar as casas mais novas ou recentemente reformadas, percebi um espelhamento nos modelos e acabamentos das casas de cidades vizinhas em que a “cerâmica” ou porcelanato, bem como portas e janelas de ferro gradeados, são objetos de uso e de desejo.

Apesar de já bastante idosa e de ter sido criada no campo e naquela casa a vida toda, Dona Louzinha também circula pelo meio urbano da região, observa e conhece materiais de construção disponíveis no mercado. Sua experiência de interação com os tempos de hoje, com a arquitetura das casas da região nos conecta à noção de ‘perspectiva da morada’ (dwelling perspective) desenvolvida por Ingold (2000) sob inspiração de heideggeriana. Segundo essa perspectiva Ingold afirma que:

the activities of building – of cultivation and construction – belong to our dwelling in the world, to the way we are (...) What it means is that the forms people build, whether in the imagination or on the ground, arise within the current of their involved activity, in the specific relational contexts of their practical engagement with their surroundings (INGOLD, 2000, p. 186).

Assim, a ‘perspectiva da morada’ nos leva a perceber as casas não como entidades robustas e concretas, mas sim como edificações porosas, não acabadas, em continuo processo de construção, de cultivo e manutenção. Ela é lugar de gestação, acolhimento, passagem, mediação de e entre pessoas, corpos, pensamentos, emoções. Ao construí-la e habitá-la o fazemos em reflexo a quem somos e à forma que habitamos no mundo.

Observar o movimento de Dona Louzinha entre a casa fundadora e a “casa de três moradas”, o tipo de relação que ela viveu com a família do sobrinho, a relação que Lucinha e Lucas estabeleceram com ela ao morar em sua casa, e ainda a relação dela com aqueles que passam as noites a lhe acompanhar, revelam “os espaços de morada existindo em continuidade formativa com as próprias pessoas” (PINA CABRAL e GODOI, 2014, p. 14), bem como a criação de locais de vida e de identidade criados a partir do prolongamento da morada nas dinâmicas que o conceito de vicinalidade propõe (PINA CABRAL e GODOI, 2014, p. 14).

¹⁴ Antes de haver água encanada nas casas o mato ao fundo do quintal era reservado para esse fim.

NOTAS FINAIS

Através da trajetória da família Cardoso da Silva na ocupação do lugar que se tornou Lages das Aroeiras e da história de alguns dos membros dessa família, esse artigo buscou alguns contornos para a polissemia que permeia a casa. Neste universo, a casa parece figurar como ‘unidade social elementar’ que funda e organiza a vida. É no ambiente doméstico em que se tem abrigo e residência, onde a família se cria, procria; onde pessoas são geradas e se desenvolvem em suas singularidades; a partir da casa e para ela se organiza e gere o trabalho na terra (ou alhures) em busca de autonomia econômica e alimentar.

A casa, portanto, se revela ao mesmo tempo como instituição social e como construção física, cuja edificação porosa se constrói, reconstrói e se molda junto com aqueles que nela habitam, em reflexo àquilo que se é no mundo e no contexto sociocultural em que se vive.

Isso se evidenciou ao longo do trabalho de campo quando, ao mostrar as casas em que viviam, ou relatar memórias de casas do passado, meus interlocutores estavam também a falar de si, de seus afetos, trajetórias, de sua constituição pessoal e identitária. Se o habitar é essencial para a constituição do ser no mundo, as narrativas sobre construções de casas, reformas, materiais de construção e mudanças de endereço falam das pessoas e de seus feitos na vida e no mundo. “Fé”, “luta”, “coragem”, “sofrimento” e “conquista” aparecem como categorias nativas que qualificam as experiências, afetos e as relações tecidas nas trajetórias individuais e familiares em busca de um lugar, de uma casa, que possibilite o existir do ser no mundo.

A endogamia de lugar gerou o território de parentesco de Lages das Aroeiras, repleto de famílias extensas e materializou-se em uma vizinhança de casas aparentadas. Ali processos de ajuda mútua e de circulação de pessoas ocorrem cotidianamente e são essenciais para a constituição, sobrevivência e manutenção, tanto das casas como das pessoas.

Assim, as relações tecidas entre pessoas e intermediada pelas casas, pela vicinalidade e pela consideração entre parentes e vizinhos, no âmbito das famílias extensas de Lages das Aroeiras, corroboram com colocações de Pina-Cabral e Godoi (2014). Neste artigo os autores nos alertam de que não apenas pessoas mas também casas se constituem a partir da relação com outra entidade semelhante, isto é, da pessoa com outra pessoa, e de uma casa com outra. Inspirados em Strathern (1988) e McKim Marriott (1976) sugerem, portanto, que casas e pessoas são partíveis devido à possibilidade de continuidade existencial estabelecida entre os pares mencionados e a relação de dependência que os constitui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro. Redescobrimo a Família Rural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 1, n. 1, jun., 1986.

BOURDIEU, Pierre. Célibat et condition paysanne. **Études Rurales** v. 5, n. 6, 1962.

CAMAROTE, Elisa M. **Territorialização, paren tesco e produção em uma Comunidade Baiana de Fundo de Pasto**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – PPGA,UFBA. Salvador,BA, [2010].

_____. Territorialização e parentesco em uma Comunidade Baiana de Fundo de Pasto. **RURIS**, Campinas, v. 5, n. 1, mar., 2011.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARSTEN, Janet. Houses of Memory and Kinship. In: _____. **After Kinship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

CARSTEN, Janet; HUGH-JONES, Stephen. Introduction. In: _____. **About the House: Lévi-Strauss and Beyond**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1995.

EDWARDS, Jeanette. Houses and Homes. In: _____. **Born and Bred: idioms of kinship and new reproductive technologies in England**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GARCIA Jr., A. A Casa e o Consumo Familiar. In: _____. **Terra de Trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora Unicamp, 1999.

INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. Londres/Nova York: Routledge, 2000 (1995).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Minhas Palavras**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCELIN, Louis H. Maison et Réseau Domestique. In: _____. **L’Invention**

CAMAROTE, Elisa Machado. Casa e vicinalidade entre camponeses do Sertão do São Francisco. **Tessituras**, Pelotas, v. 6, n. 2, p. 111–130, jul./dez. 2018.

de la Famille Afro-americaine: famille, parenté et domesticité parmi les noirs du Recôncavo da Bahia, Brésil. 1996. Tese (Doutorado) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, [1996].

MARQUES, Ana Cláudia. **Intrigas e Questões:** vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

MARRIOTT, McKim. "Hindu Transactions". In: KAPFERER, Bruce (Org.). **Transactions and Meaning:** directions in the anthropology of exchange and symbolic behavior. Londres: Institute for the Study of Human Issues, 1976. p. 109–142.

MARTINS, José de Souza. **O camponês e a política no Brasil:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva. In: _____. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac & Naif, 2003.

MOURA, Margarida Maria. **Os Herdeiros da Terra:** parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

MUSUMECI, Leonarda. O mito da terra liberta: colonização "espontânea", campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

PINA-CABRAL, João de; GODOI, Emília Pietrafesa de. Apresentação: Dossiê Vicinalidades e Casas Partíveis. **Revista de Antropologia.** São Paulo, v. 57, n. 2, 2014.

PINA-CABRAL, João de; SILVA, Vanda Aparecida da. **Gente Livre:** Consideração e Pessoa no Baixo Sul da Bahia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

PINA-CABRAL, João de. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América. **Revista de Antropologia,** São Paulo, v. 57, n. 2, 2014.

_____. **Filhos de Adão, filhas de Eva.** Lisboa: publicações Don quixote, 1989.

PINA-CABRAL, João de. Comentários Críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural. **Análise Social,** Lisboa, v. 20, n. 81–82, p. 263–284, 1984.

CAMAROTE, Elisa Machado. Casa e vicinalidade entre camponeses do Sertão do São Francisco. **Tessituras,** Pelotas, v. 6, n. 2, p. 111–130, jul./dez. 2018.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. O Sítante Tradicional e a Percepção do Espaço. In: **O Campesinato Brasileiro: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973.

SEYFERTH, G. Herança e estrutura familiar camponesa. **Boletim do Museu Nacional**, n. 52, 1985.

STRATHERN, Merlyn. **The gender of the gift**. Berkeley: Berkley University of California Press, 1988.

SAHLINS, Marshall. **What Kinship Is – And Is Not**. Chicago: The University of Chicago Press, 2013.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres: colonos do Sul e Sítantes do Nordeste**. Brasília: Edunb, 1995.

WOORTMANN, Klaas. **Casa e Família Operária**. **Anuário Antropológico 80**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1982.

AUTORA

Elisa Machado Camarote

Graduada em Ciências Sociais pela PUC-SP, Mestre em Antropologia Social pela UFBA e é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp. E-mail: elisacamarote@gmail.com .

Recebido em: 31/03/2018.

Aprovado em: 21/06/2018.

Publicado em: 25/12/2018.